



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Sessão de 24 de março de 1992

ACORDÃO N.º Res. 303-0496

Recurso n.º 113.302 - Processo nº 11050-000633/90-41

Recorrente INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS ROSANA LTDA

Recorrid DRF - RIO GRANDE - RS

RESOLUÇÃO N.º 303 - 0496

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator.

Brasília - DF, em 24 de março de 1992

JOÃO HOLANDA COSTA - Presidente

HUMBERTO ESMERALDO BARRETO FILHO - Relator

Procuradoria da Fazenda Nacional

07 ABR 1992

VISTO EM SESSÃO DE:

Participaram ainda, do presente julgamento, os seguintes conselheiros:

SANDRA MARIA FARONI, ROSA MARTA MAGALHÃES DE OLIVEIRA, RONALDO LINDIMAR JOSÉ MARTON, MILTON DE SOUZA COELHO e ELIZABETH MARIA VIOLATTO (suplente).

Ausente, justificadamente, a Cons. MALVINA CORUJO DE AZEVEDO LOPES.

MEFP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - TERCEIRA
CÂMARA

RECORRENTE.: INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS ROSANA
LTDA

RECORRIDO .: DRF - RIO GRANDE - RS

RELATOR .: HUMBERTO ESMERALDO BARRETO FILHO

Relatório

Contra a empresa em epígrafe foi lavrado
Auto de Infração nos seguintes termos, verbis:

"No exercício das funções de Auditor
Fiscal do Tesouro Nacional, em ato de veri-
ficação da mercadoria submetida a despacho
de Exportação pela Empresa "Ind. e Com. de
Calçados Rosana Ltda.", através das G.Es. nº
407-90/001492-2 e 407-90/001493-0, embarcada
no Navio Sea Merchant em 28.04.90 e assim
descrita: "195 caixas com 2.340 pares de
sapatos de couro para homens, com solado de
couro, Ref.: Style BM 2513", efetuamos a
retirada de amostras conforme termo anexo,
uma vez que o preço unitário apresentado, -
US\$ 4,00 por par, não condizia com a quali-
dade do calçado em exportação.

Formulada a audiência à Cacex, nos
exatos termos do Art. 542, Inciso I do R.A.
aprovado pelo Decreto nº 91.030/85, obtive-
mos, através das correspondências Secex 501
e 597 (anexas), a confirmação da fraude
cambial em suspeita, com o agravante de arti-
fício doloso, posto que, houve a desca-
racterização do produto apresentado para a
obtenção das G.Es. em relação ao apresentado
à fiscalização, além de o preço do calçado
em exportação estar subfaturado em cerca de
175%.

Comprovada, assim, inequivocamente, a
fraude relativa à qualidade e preço da
mercadoria em exportação, caracterizando a
situação descrita no art. 499 combinado com
o art. 503 do Regulamento Aduaneiro, haja
vista a presença indiscutível do dolo, cabe
à ora autuada, a imposição da penalidade
legal prevista no art. 532, Inciso I do
R.A., bem como o recolhimento do Imposto de
Exportação, pela diferença, com os gravames
previstos no art. 531 do mesmo Regulamento,
motivo pelo qual, lavramos o presente Auto
de Infração, formalizando a exigência do
crédito tributário decorrente, conforme de-
monstrativo no verso, e complementos anexo."



Regularmente intimada, a contribuinte apresentou impugnação à pretensão fiscal, defendendo o preço consignado na documentação que amparou a exportação, o que justificou pela existência de estoque de matéria-prima na fábrica, pelo baixo volume da partida, bem como pela decisão mercadológica de manter a clientela compradora. Argumentou, também, com a alteração vivida pelo país entre o fechamento do contrato de exportação e a remessa das mercadorias, argüindo, ainda, haver recebido instruções do importador para proceder ao faturamento com base em referência e preço utilizados em vendas anteriores.

A autoridade julgadora de primeira instância entendeu integralmente procedente a ação fiscal, acolhendo as informações prestadas pela CACEX (fls. 5 e 6), no sentido de que a empresa, ao solicitar as guias de exportação em apreço, apresentou para análise produto de qualidade inferior ao posteriormente exportado, o qual alcança preço bastante superior ao deferido, caracterizando, destarte, fraude inequívoca quanto à qualidade e ao preço do bem exportado. Refutou, de igual sorte, a autoridade a quo as eventadas instruções recebidas pela autuada, que bem caracterizam o dolo com que esta se houve.

Inconformada, a contribuinte interpõe recurso voluntário perante este Eg. Conselho, reiterando o que já disposto em sua anterior impugnação, com ênfase nos seguintes pontos:

- a) descabimento da multa prevista no art. 532, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, uma vez que a imputação está arrimada em meros indícios;
- b) que a CACEX não tinha condições de bem avaliar os calçados exportáveis, devendo a ela se contrapor a documentação referente ao faturamento dos mesmos já acostada aos autos;
- c) que vendeu seu produto com assumido prejuízo, movida por conveniências de mercado;
- d) que assumidamente indicou, na exportação sob enfoque, referência e preço alusivos à remessa anterior de produto de qualidade inferior, o que jamais foi omitido ao Fisco;
- e) que a instrução transmitida pelo agente do importador visava reduzir a burocracia na expedição de tão inexpressiva exportação;
- f) que não houve intenção de fraude, não se provando cabalmente o alegado subfaturamento, o que afasta a aplicação da pena do art. 532 em seu grau máximo.

Observa-se, todavia, do exame dos autos, não estar regularmente formalizada a representação processual da interessada. Com efeito, não há qualquer instrumento procuratório que habilite o signatário da impugnação e do recurso a defender a autuada perante esta instância administrativa.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

RECURSO 113.302
RES. 303 - 0496

Desta sorte, converto o julgamento do processo em diligência à repartição de origem, para que seja a recorrente instada a regularizar sua representação processual, ratificando os atos até aqui praticados.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1992


HUMBERTO ESMERALDO BARRETO FILHO
Relator